

Estudantes nas ruas pedem para ter aula

Alunos do Centro Educacional 2, do Guará, protestaram pela falta de professor no 1º e no 2º grau. E ameaçam fazer greve

Freddy Charlson
Da equipe do **Correio**

As caras não estavam pintadas. Eles também não carregavam faixas ou cartazes. Os gritos e palavras de ordem não eram tão criativos. Mesmo assim, aproximadamente 300 alunos do Centro Educacional 2 do Guará, o GG, protestaram, durante a manhã, pela falta de professores. Unidos, caminharam cinco quilômetros — a distância entre o colégio, na QE 7, e a Divisão Regional de Ensino, na QE 30 — para mostrar indignação com tantos horários vagos. Aos gritos de “Queremos professor!”, eles levavam um abaixo-assinado de alunos da 5ª à 8ª série e do 2º grau do colégio.

No documento, pediam aulas de Física, Educação Artística, Matemática e Geografia, para alunos do 1º ano. E de Português e História para os do 2º ano. Além de Geografia e Matemática para os estudantes do 3º ano do 2º grau. Os estudantes do GG estão sem professores dessas disciplinas.

“Como vamos concorrer no Programa de Avaliação Seriada (PAS) com alunos de escolas particulares ou de outras escolas públicas, com uma defasagem tão grande de professores e disciplinas”, questionava, informada, a aluna do 2º ano A, Natália Veil, 15 anos. “O governo poderia nos ajudar. Não faríamos protestos como esse”, disse a estudante durante a caminhada.

O protesto foi organizado pelo Grêmio Estudantil do colégio e só terminou na sala do diretor da regional de ensino. Jandir Alves Teixeira, o diretor, não estava. Sofrendo de uma infecção intestinal, foi substituído pela assistente pedagógica Laura Alves de Oliveira e Silva, e o chefe de Recursos Humanos, Francisco das Chagas.

Juntos, pediram o fim do tumulto e receberam uma comissão de seis alunos. “Não é falta de esforço, não”, falou Francisco das Chagas. “Estamos convocando e contratando professores temporários. Nas últimas duas semanas, já contratei sete professores de Matemática. Agora é só esperar, com paciência, a situação se normalizar. Segunda-feira teremos novidades”, prometeu. “Se a situação não se resolver vamos parar. Não é uma ameaça. É a posição dos alunos”, afirmou Carlos Henrique de Freitas, 17, aluno do 1º ano H.

CONTRACHEQUE PELA METADE

Enquanto os estudantes do Centro Educacional 2 do Guará se dispersavam felizes com o resultado de sua manifestação, os ânimos se exalta-

vam da sede da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), na L2 Norte. Ali, desde às 10h, aproximadamente 200 professores das regionais do Gama, Recanto das Emas e Santa Maria, reclamavam de erros nos contracheques de março. Muitos receberam salários relativos a 20 horas/aula, quando deveriam receber por 40 horas/aula.

Muitos queriam tomar satisfações com a diretora da FEDF, a advogada e administradora Maristela Mendes. “Os credores estão atrás de mim. Também entrei no cheque especial. Quem vai pagar por esse erro?”, reclamava a professora Edilma Tavares Santos, 32, que ensina na área de atividades da Escola Classe 2 de Santa Maria.

Professora de 40 horas dos períodos matutino e noturno, ela recebeu R\$ 6,87 em março. Pelos seus cálculos deveria receber R\$ 524,00 líquidos. Tanta revolta não era para menos. O contracheque de fevereiro de Edilma mostra um salário bruto de R\$ 1.237,91. Já o de março traz o valor de R\$ 696,34.

“Mais de quatro mil professores foram prejudicados. Já se passaram 13 dias desde o início do mês, tempo suficiente para a Fundação Educacional corrigir o erro. A Fundação está fazendo caixa com o dinheiro dos professores”, acusou Marcos Pato, um dos diretores do Sinpro. Segundo Pato, o horário de aulas nas escolas do Gama foi reduzido, além de escolas do Recanto das Emas e Santa Maria.

As acusações foram contestadas pelo diretor de pessoal da Fundação, Sinval Lucas de Souza. Segundo Sinval, apenas os contracheques de 216 professores tiveram o problema — e não os quatro mil citados por Marcos Pato —, e desses, somente 150 têm, realmente, o direito de receber sobre as 40 horas/aula. “O sistema de pagamento é atrelado às escalas. Fechamos nosso controle e técnicos da Codeplan disseram que não tinham acesso à frequência dos professores”.

Sinval contou que pediu a cada regional de ensino que catalogasse os erros nos contracheques. Foram diagnosticados 675 erros de lançamentos. O diretor de pessoal da FEDF prometeu pagar os professores até o dia 25 próximo.

A diretora da Fundação, Maristela Mendes, se recusou a receber os professores. “Eles provaram que vieram aqui não para serem recebidos, mas para me afrontar. Vieram não para uma negociação, mas atrás de uma rendição. Não me rendo. Se quiserem passar a noite aqui, vou chamar a polícia para fazer a proteção. Deles e do prédio”, disse.

André Corrêa



O protesto dos estudantes foi acompanhado de um abaixo-assinado pedindo professores de Física, História, Matemática, Português, Geografia

ANÁLISE DA NOTÍCIA

NINGUÉM QUER SE SUJAR DE GIZ

Alexandre Botão
Da equipe do **Correio**

Os alunos reclamam da falta de professores. Os professores reclamam dos baixos salários. E quem, teoricamente, deveria olhar pelas duas categorias está ocupando-se com seus próprios dramas.

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), que já conta em seu currículo recente com a greve-lambança no final do ano passado, iniciou a gestão Joaquim Roriz de olho nos cargos políticos que pode (ou vai deixar de) ocupar.

Em reunião, no início do ano, com o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), por exemplo, os dirigentes do sindicato apresentaram como principal reivindicação a nomeação de uma espécie de “diretor auxiliar” em todas as escolas públicas do Distrito Federal. O que significa tirar mais professores das salas de aula e levá-los para cargos burocráti-

cos. O que eles devem imaginar que seja uma ajuda e tanto.

O secretário de Educação do governo Cristovam Buarque, professor Antônio Ibañez, confessou, certa vez, que sua maior dificuldade era levar os professores que estavam trancados dentro de gabinetes para as salas de aula: “Eles não querem se sujar de giz”, ironizou.

Ibañez chegou a convocar todo o corpo docente que estava encostado para retornar imediatamente às salas. Isso foi na época em que o número de alunos sem aula crescia na mesma proporção que a rejeição ao governo Cristovam. Embora a intenção tenha sido boa, a medida não deu resultado.

O desafio da secretária do governo Roriz, Eurides Brito, é botar em prática o que Ibañez não conseguiu: professores dentro das salas e, de preferência, sujos de giz. Por enquanto ela vem seguindo apenas a cartilha do Sinpro-DF. À risca o que é pior.